

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 6.220, DE 2009

Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Federal de Goianinha, Rio Grande do Norte.

Autor: Deputado ROGÉRIO MARINHO

Relatora: Deputada ÂNGELA PORTELA

I - RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Rogério Marinho, visa dispor sobre a criação da Escola Técnica Federal de Goianinha, no estado do Rio Grande do Norte.

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Em 14 de abril de 2010, a Douta Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou unanimemente a proposição.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Trata-se de Projeto de Lei autorizativo.

Somos plenamente favoráveis ao mérito da questão – a criação de Escola Técnica Federal, no município de Goianinha (RN). Entretanto, há que se destacar e respeitar o conteúdo das Súmulas das Comissões Permanentes da Casa – Comissão de Educação e Cultura-CEC e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania-CCJC, acerca de proposições desta natureza, que abaixo reproduzimos.

SÚMULA DA CEC

[...]

“PROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEDERAL, EM QUALQUER NÍVEL OU MODALIDADE DE ENSINO

Por implicar na criação de órgãos públicos, e, obviamente, em cargos, funções e empregos, além de acarretar aumento de despesa, a iniciativa legislativa da criação de instituições educacionais, em qualquer nível ou modalidade de ensino, é privativa do Poder Executivo. (Ver art. 61, § 1º, II, da Constituição Federal).

*Projetos de Lei desse teor são **meramente autorizativos** e, portanto, inócuos, pois não geram nem direitos nem obrigações, por parte do Poder Público, já que o mesmo detém a competência de tais prerrogativas. Lembre-se que em termos de mérito educacional, a criação de uma Instituição Educacional Pública deve ser decidida à luz de um Plano de Educação, de uma Política Educacional ou de uma Proposta Pedagógica Inovadora, e assim por diante, onde todas as instâncias educacionais, inclusive, obviamente, as próprias escolas e suas comunidades, gozam do direito de ser ouvidas e de se tornar participantes. É esse o costume salutar em todas as nações que cultivam o Estado Democrático de Direito.*

*Portanto, o Parecer do Relator de um PL que vise a criação de **Instituição Educacional Pública**, em qualquer nível ou modalidade de ensino, deverá concluir pela **rejeição** da proposta, logicamente ouvido o Plenário. A criação de Instituição Educacional, repita-se, deve ser sugerida na proposição do tipo INDICAÇÃO, a ser encaminhada ao Poder Executivo. (Ver RI/CD, art. 113), diretamente pelo próprio Autor ou através da Comissão, e neste caso, após ouvido o Plenário.”*

SÚMULA DA CCJC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA 1 - PROJETOS AUTORIZATIVOS [...]

1. Entendimento:

1.1. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que **autoriza** o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, **é inconstitucional**.

1.2. Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que dispõe sobre a **criação de estabelecimento de ensino é inconstitucional**. - Fundamento: § 1º do art. 61 da Constituição Federal e § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno.

2. Fundamento:

2.1. § 1º do art. 61 da Constituição Federal

2.2. § 1º e inciso II do art. 164 do Regimento Interno

3. Precedentes [...]

Considerando o mérito da proposta, nossa intenção é apoiá-la, mas por via do instrumento regimental adequado, isto é, a proposição de uma Indicação ao Poder Executivo, encampada pela Comissão de Educação e Cultura, encaminhada em seu nome, com registro de sua autoria original pelo Deputado Rogério Marinho. Permitimo-nos apresentar aos nobres Deputados desta Comissão as minutas da Indicação e respectivo Requerimento, que seguem anexas.

Dessa forma, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.220, de 2009, mas com a concomitante apreciação pelo Plenário da CEC da **Indicação** em anexo.

Sala da Comissão, em de junho de 2010.

Deputada ÂNGELA PORTELA
Relatora

REQUERIMENTO
(Da Comissão de Educação e Cultura)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, no sentido de que seja criada a Escola Técnica Federal de Goianinha, no município de mesmo nome, no estado do Rio Grande do Norte.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Exª, em nome da Comissão de Educação e Cultura, seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a criação de Escola Técnica Federal de Goianinha, no Município de mesmo nome, estado do Rio Grande do Norte.

Sala da Comissão, em de junho de 2010.

Deputada **ÂNGELA PORTELA**
Relatora do PL nº 6.220/09

Deputado **ÂNGELO VANHONI**
Presidente da CEC

INDICAÇÃO Nº , DE 2010

(Da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados)

Sugere a criação de Escola Técnica Federal de Goianinha, no município de mesmo nome, no estado do Rio Grande do Norte.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação:

O nobre Deputado Rogério Marinho apresentou Projeto de Lei com objetivo de criar Escola Técnica Federal no Município de Goianinha, estado do Rio Grande do Norte. A proposta coaduna-se com a política de expansão da educação profissional perseguida pelo governo federal e com a concretização das metas do Plano Nacional de Educação-PNE .

A Comissão de Educação e Cultura reconheceu o mérito da proposta, mas viu-se impedida de aprová-la devido ao disposto na alínea “e”, do inciso II, do § 1º, do art. 61 da Constituição Federal e em razão da Súmula de Recomendações nº 1 da Comissão de Educação e Cultura (CEC), além da Súmula nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que têm orientado nossos trabalhos.

Resolveu, contudo, manifestar seu apoio à proposta, por intermédio da presente Indicação.

Relevantes argumentos foram arrolados na justificação do Projeto de Lei nº 6.220, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Marinho: o município de Goianinha, situado na microrregião litoral sul potiguar, possui uma ativa economia, que abrange os setores da agricultura, da pesca e da pecuária,

de forma que alcançou a condição de *“pólo importante no estado do Rio Grande do Norte devido ao progresso contínuo de investimentos no setor agropecuário e comercial”*. A microrregião é integrada por dez municípios que seriam beneficiados pela medida.

Diante do exposto, Senhor Ministro, justifica-se plenamente a criação de instituição nos termos propostos, o que sugerimos a Vossa Excelência em nome da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de junho de 2010.

Deputada **ÂNGELA PORTELA**
Relatora do PL nº 6.220, de 2009

Deputado **ÂNGELO VANHONI**
Presidente da CEC